

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA
22 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

ATA Nº 007

PRESIDENTE - DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO (EM EXERCÍCIO)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião e a suspendo por dez minutos.
(SUSPENSA A REUNIÃO ÀS 15:00 HORAS E REABERTA ÀS 15:25 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Está reaberta a presente Reunião da Comissão de Constituição e Justiça, para a qual foram convidados a participar o Exmº Sr. Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Célio Wilson, e o Exmº Sr. Marcos Henrique Machado, Secretário de Estado de Administração. No entanto, nós recebemos um ofício do Secretário Marcos Machado:

“Ofício nº 268/SAD/GAB, do Exmº Sr. Marcos Henrique Machado, Secretário de Estado de Administração, encaminhado ao Exmº Sr. Deputado Silval Barbosa, 1ª Secretário da Assembléia Legislativa, referente ao Ofício nº 895/03, do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Joaquim Sucena.

Sr. Deputado,

Cumprimentando-o, cientifico Vossa Excelência de que recebi somente na data de hoje o ofício em epígrafe, estando impossibilitado de comparecer a essa augusta Corte, por encontrar-me no Município de Rondonópolis, cumprindo audiências pré-agendadas.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que o projeto de lei do novo Estatuto da Polícia Judiciária Civil encontra-se em estudo, com o Exmº Sr. Secretário de Justiça e Segurança Pública, e, após, deverá ser encaminhado a esta pasta para análise da política de subsídio e previdenciária, tão somente.

Por seu turno, quanto às nomeações dos soldados bombeiros, por falta de capacidade financeira, não há previsão definida para o ingresso dos concursados na respectiva carreira, seja devido ao aumento de aposentadorias, seja ao crescimento vegetativo da folha de pessoal (re-enquadramentos e promoções). Havendo incremento continuado da receita, será definido novo planejamento de nomeações, visto que, nestes cem dias, foram nomeados trezentos policiais militares, cento e cinquenta policiais civis e quatrocentos e cinco agentes de saúde (médicos, enfermeiros, etc.).

Cordialmente,

MARCOS HENRIQUE MACHADO

Secretário de Estado de Administração”.

Convido para adentrar a Reunião da Comissão os representantes da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros... Não, podem adentrar todos e um falará por todos.

(NESTE MOMENTO, ADENTRA OS REPRESENTANTES DAS CATEGORIAS CITADAS.)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA
22 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Quero informar que levamos ao conhecimento do Secretário Marcos Henrique Machado, no dia 16 de abril de 2003, sobre esta convocação da Comissão de Constituição e Justiça.

Neste momento, eu quero perguntar se alguns... Aqui tem representante da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros? Só Civil.

Eu quero perguntar aos senhores, quem será o representante que fará uso da palavra em nome de todos, então, passaremos a palavra aos Srs. Deputados e depois ao Secretário.

Algum dos senhores gostaria de usar da palavra? Quem usará da palavra entre os senhores?

Com a palavra o Sr. Ademar Torres de Almeida, em nome dos representantes da Polícia Civil. Esta Reunião da Comissão de Constituição e Justiça está sendo gravada, será taquigrafada e ficará nos Anais da Assembléia Legislativa.

O SR. ADEMAR TORRES DE ALMEIDA – Boa-tarde, Sr. Presidente, membros da Mesa e colegas.

Sou Ademar Torres de Almeida, sou agente policial civil, e atualmente trabalho na Corregedoria de Polícia Civil.

O nosso Presidente, Sr. Cledson, do Sindicato dos Agentes Policiais Cíveis, deverá chegar em breve; ele tinha um compromisso anterior e pediu-nos que o representássemos aqui.

A princípio, nós fizemos uma solicitação a esta seleta Comissão da Assembléia Legislativa para que ela intercedesse junto ao Poder Público, junto a Secretaria de Justiça e Segurança Pública, junto a Secretaria de Administração, enfim, ao Governo, ao Executivo, no sentido da aprovação da nova lei do Estatuto da Polícia Judiciária Civil, uma vez que, esse Estatuto vem sendo estudado e analisado através da própria Secretaria de Justiça e Segurança Pública, da Secretaria de Administração e já foi apresentado às categorias, aos agentes, aos escrivões, aos delegados. O próprio Dr. Dirceu, Presidente do Sindicato dos Delegados, também não pôde comparecer por estar numa consulta médica.

A nossa solicitação é que uma vez que esse Estatuto, essa nova Lei, foi apresentada às categorias - e nós temos clamado por melhorias em vários segmentos dentro da Polícia Judiciária Civil-, nós resolvemos fazer um apelo para esta Comissão e para a Assembléia Legislativa, de um modo geral, para que pudessem sensibilizar o Governo e trouxessem essa nova Lei para ser apresentada.

Atualmente, nós temos a Lei Complementar nº 20, que foi criada no Governo Jayme Campos, em 14 de outubro de 1992, ela que é o atual Estatuto da Polícia Judiciária Civil. No ano de 2000 foi criada a Lei do Subsídio 72/00, que fez um novo re-enquadramento dentro da Polícia Judiciária Civil e muitos policiais que tinham um certo... Que estavam nas classes superiores voltaram para as classes iniciais, porque não preenchiam algum requisito.

Essa Lei, desde 2000, deixou de privilegiar alguns benefícios e garantias constitucionais que os servidores tinham. E essa nova Lei proposta pelo Governo, o novo Estatuto, é repleto de garantias constitucionais. O próprio Secretário, Dr. Marcos Henrique Machado, quando o apresentou às categorias, disse-nos que lá estariam asseguradas garantias para os policiais como: hora-extra, a lei de promoção, garantias, infinidades de outros benefícios que nós teríamos.

Hoje, o nosso clamor é para que o Governo sensibilize e apresente a esta Casa essa nova lei, para que ela possa ser apreciada e votada o quanto antes.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Com a palavra, a ilustre Deputada Verinha Araújo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA
22 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

A SR^a VERINHA ARAÚJO – Boa-tarde, servidores e servidoras estaduais na área da segurança pública. Para nós, é um prazer recebê-los aqui.

Nós os acompanhamos há alguns dias atrás, as vossas presenças, aqui, no plenário da Assembléia Legislativa, trazendo vossas reivindicações para que o anteprojeto com relação a Polícia Civil fosse apresentado, e que houvesse um debate, anteriormente, quando aqui chegasse para ser colocado em votação.

Eu acho que é importante a presença de todos aqui, para acompanharmos a reivindicação específica com a presença do nosso Secretário de Segurança Pública.

Secretário, para nós é um prazer tê-lo, aqui, na Casa. Nós temos o maior respeito para com Vossa Excelência, pelo trabalho que Vossa Excelência vem realizando na área. Inclusive, hoje, na Reunião da Comissão de Segurança Pública nós propusemos a vinda e um debate com Vossa Excelência para discutirmos o Plano Nacional de Segurança Pública e o Plano Estadual. Então, depois o Deputado Zé Carlos do Pátio agendará com Vossa Excelência.

Hoje, a pauta aqui, na verdade, advém desse Plano Nacional. Não tem como fazermos um debate desse, como está colocado no País todo – hoje, o Presidente Lula esteve Estado do Espírito Santo lançando o Plano Nacional de Segurança Pública –, sem que haja um recurso humano preparado, com formação. Há, hoje, inclusive, um olhar para essa questão da inteligência, e, nesse sentido, a Polícia Civil é estratégica dentro de um arco da segurança pública.

Para nós é um prazer muito grande receber os servidores e ao mesmo tempo o nosso Secretário de Justiça e Segurança Pública, para discutirmos essa questão. Nós vamos aguardar o agendamento dessa audiência para discutirmos, especificamente, o Plano Nacional de Segurança Pública, aliado ao Plano Estadual.

Eu estou aqui e apóio a reivindicação dos servidores. Eu sou uma servidora pública e aquilo que for apresentado à Mesa terá o apoio da Deputada Verinha Araújo.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) – Foi sugestão da Deputada Verinha Araújo, na próxima quarta-feira, termos essa Audiência Pública sobre a questão da... Não. Será dia 07, sem ser na próxima, na outra quarta-feira. Inclusive houve a audiência, mas ela foi muito restrita. Nós faremos um debate mais amplo, e com isso, Sr. Secretário, a pauta principal será o apoio que a Comissão de Segurança Pública quer dar a sua pessoa.

Nós vamos convocar o Sr. Secretário de Administração. Eu vou pessoalmente falar com o Secretário Marcos Machado e vou convocar o Secretário de Planejamento para essa Audiência Pública. Vossa Excelência irá apresentar a sua proposta de segurança. E nessa proposta nós vamos solicitar que Vossa Excelência traga, se possível, o Secretário ou quem for de competência, traga o anteprojeto do Estatuto da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, para sabermos como está a Secretária de Administração quanto à questão do Corpo de Bombeiros.

A questão da Ouvidoria da Polícia, que eu acho que é uma questão histórica, talvez para nós que estamos nesse embate, lutando para se ter essa Ouvidoria... É um sonho meu como homem público... O Deputado Riva fez um projeto, mas não é completo. Nós, também, estamos discutindo essa questão... Nós queremos que o Secretário de Planejamento nos apresente a questão quanto ao PPA, a LDO e o orçamento para 2003, porque nós queremos aumentar os recursos significativamente da sua Pasta. Não é justo que nós, como Deputados, sejamos cobrados, cobrarmos e não darmos retorno a Vossa Excelência e sermos solidários a sua Pasta.

Acabou de acontecer uma reunião da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, antes da reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Neste momento, eu passo a palavra ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Joaquim Sucena, para dirigir a reunião.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA
22 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Logo após usar a palavra, o Deputado Nataniel de Jesus. Muito obrigado.
(O SR. DEPUTADO JOAQUIM SUCENA ASSUME A PRESIDÊNCIA).

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) – Eu queria, inicialmente, agradecer a presença do nobre Secretário.

Peço desculpas pelo pequeno atraso. Eu estava na Casa, mas para descer do gabinete até a Sala das Comissões, normalmente, não levamos o tempo que desejamos, e sim, o tempo em que podemos conseguir.

Eu quero me desculpar pelo atraso. Agradeço ao Deputado Zé Carlos do Pátio por ter assumido a Presidência e, ao mesmo tempo, agradeço a presença do Deputado Nataniel de Jesus e da Deputada Verinha Araújo.

Apesar de estar presente o Deputado Zé Carlos do Pátio, eu quero falar da ausência de outros Deputados que, talvez, não tenham sido informados com a presteza necessária a respeito da sua vinda, hoje, aqui, tendo em vista que fizemos uma reunião, terça-feira passada, que deveria contar com a presença do Secretário de Administração. E, posteriormente, como havia o feriado, na segunda-feira, nós resolvemos adiar a reunião da Comissão de Constituição e Justiça para quarta-feira, tendo em vista que, alguns Deputados do interior teriam dificuldades de aqui estarem para fazermos, hoje, esta reunião.

A ausência não implica, necessariamente, no desinteresse, mas sim, o desencontro de datas, que, realmente, fez com que, neste momento, não tenhamos aqui a Comissão de Constituição e Justiça plenamente constituída. Por hábito, dificilmente, falta um membro da Comissão. Normalmente, todas as nossas reuniões têm contado com a presença de todos os Parlamentares que a compõem.

Mas, Sr. Secretário, nós estamos aqui, o senhor já deve estar a par, na terça-feira passada o Secretário de Administração através de um ofício colocou-nos mais ou menos a par daquilo que o Deputado Zé Carlos do Pátio colocou. Não só como a parte da contratação de pessoal em nível de Corpo de Bombeiros, os concursados, como também o aumento de efetivo que já houve tanto na Polícia Civil quanto na Polícia Militar já sob o seu comando, na Secretaria. Da mesma forma que ele também já nos falava que ainda estava na Secretaria de Justiça e Segurança a minuta daquilo que seria o Estatuto, tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar.

Nós tivemos inicialmente, a presença de vários membros, tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar, que buscavam, através da Comissão de Constituição e Justiça, tomar conhecimento daquilo que poderia vir a ser a participação efetiva de cada uma das polícias na área da segurança.

Dessa forma, Sr. Secretário, eu gostaria de passar-lhe à palavra para que pudéssemos, hoje, tanto as pessoas que compõem o Corpo de Bombeiros como também aqueles que compõem a Polícia Civil e a Polícia Militar que aqui estão, e alguns interessados em assuntos dentro da sua própria pasta para que o senhor, posteriormente, possa passar-lhes e dar-lhes algumas explicações que nós e o senhor possamos achar conveniente e necessário.

Antes, passo a palavra ao Deputado Nataniel de Jesus, tendo em vista que, deveria ter-lhe sido passado à palavra através do Deputado Zé Carlos do Pátio. Aproveito e apresento o Deputado Eliene, que faz parte da Comissão de Constituição e Justiça e o Deputado Mauro Savi, que faz parte da Comissão de Justiça e Segurança Pública, para que possam conosco participar dessa reunião.

Com a palavra, o nobre Deputado Nataniel de Jesus.

O SR. NATANIEL DE JESUS – Sr. Presidente, Deputado Joaquim Sucena; Sr. Secretário; Deputados que compõem a Mesa; senhoras e senhores.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA
22 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Nós vemos esse problema com perplexidade. Nós ficamos muito preocupados com segurança pública e eu sempre me refiro, quando falo, ao Rio de Janeiro, porque eu sou do Rio de Janeiro, não para me exaltar, me enaltecer, por ser uma cidade bonita, não. Nada disso. Quando eu falo do Rio de Janeiro, eu até falo com certa tristeza. Ainda ontem eu fiquei vendo um programa, o jornal nacional, a primeira notícia que saiu foi justamente sobre um ônibus que conduzia cerca de 20 policiais, que estavam dentro de uma favela, de uma comunidade – por sinal até conheço aquele lugar –, e enquanto aquele ônibus estava sendo conduzido por ali, por dentro daquela favela, o motorista foi alvejado com alguns disparos e o ônibus perdeu a direção e caiu dentro de uma vala, um canal de esgoto e deixou vários policiais feridos.

E a população quer segurança. Ela quer segurança na sua cidade, no seu Estado. O momento é crítico, aliás, já passou dos extremos, já transbordou e tem que se fazer alguma coisa e, eu vejo que tem que ser algo muito rápido. Nós não podemos ficar demorando, sentando muitas vezes à Mesa para discutir, discutir e deixar para o outro dia e no outro dia deixar para o outro, e vamos ver como é que fica, vamos deixar o tempo decidir.

Eu acho que nós precisamos decidir imediatamente, porque nem os senhores que fazem a segurança pública do Estado, hoje, têm segurança. Nem os senhores têm. Os senhores, muitas vezes estão morando mal, em localidade de risco. Morando, muitas vezes, de frente de uma boca de fumo. Os senhores saem para fazer a segurança, para fazer segurança da família dos outros, mas a suas famílias estão correndo risco.

Eu creio que as medidas que nós temos que tomar, elas têm que ser enérgicas, ser rápidas. Nós não podemos demorar, não podemos ficar deixando para depois, para amanhã, porque nós temos o Rio de Janeiro como referencial. Amanhã ou depois Mato Grosso, principalmente, Cuiabá, pode se tornar um Rio de Janeiro. Quando se canta Cidade Maravilhosa, cantamos meio tristes. Nós vemos que o quadro já não é mais de uma Cidade Maravilhosa. Sinceramente, eu temo que Cuiabá venha a se tornar um Rio de Janeiro e para isso não acontecer, nós precisamos consertar, arrumar nossa casa.

Acredito que o caminho é esse aqui, sentarmos, colocarmos os problemas, resolvermos a situação, darmos uma garantia melhor de trabalho para os servidores da área de segurança, tanto civil quanto militar, isso é independente. Porque ambos fazem um trabalho muito parecido, ambos arriscam a sua própria vida, ambos arriscam a sua própria família. Nós precisamos dar para os senhores, um salário melhor, uma condição de trabalho melhor, uma segurança para os senhores. Antes dos senhores saírem de casa para oferecer segurança para qualquer cidadão, os senhores precisam ter as suas famílias asseguradas.

Quero colocar-me à disposição. Eu tenho certeza que os Deputados aqui presentes estão fazendo a mesma coisa, se colocando à disposição dos senhores para colaborar, para agilizar, para estar aqui de mãos dadas com o Secretário e dizer que o que ele precisar, nós colaboremos. Porque nós não podemos abrir mão de melhores condições para os senhores. Nós temos que aparelhar a polícia, que dar condições, ferramentas de trabalho adequadas. Nós precisamos, principalmente, de um salário mais digno para os senhores.

Essa é a nossa fala. Posteriormente, nós teremos outras colocações, mas não queremos nos prolongar... Nós queremos deixar a palavra também para os outros Deputados, o Deputado Eliene, o Deputado Mauro Savi e também o Secretário, que deixará uma palavra para os senhores.

Agradeço a todos e contem comigo, porque segurança é uma obrigação do Estado. O Estado tem que assegurar a vida do pedestre, dos transeuntes da população e ele tem também, uma responsabilidade muito grande com os senhores.

Se os senhores são concursados, os senhores têm o direito de cobrar do Estado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA
22 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

O Sr. Secretário tem uma missão muito difícil e complicada, que é ser Secretário de Estado, principalmente, nessa área. Eu acredito que seja a mais complicada que tem e que é a mais difícil. Mais difícil do que a área de saúde, de educação, de planejamento, de qualquer outra área. Eu acho que é a área mais difícil.

E eu quero que Deus o abençoe, Sr. Secretário, porque o senhor vai precisar muito da ajuda de Deus, da ajuda Divina, para conduzir todo esse processo.

Que Deus o abençoe e conte comigo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Com a palavra, o Deputado Eliene, para fazer suas considerações iniciais.

O SR. ELIENE - Boa-tarde a todos.

Cumprimento o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça em nome do Deputado Joaquim Sucena, os demais colegas Deputados aqui presentes: Deputado Mauro Savi, Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputada Verinha Araújo, Deputado Nataniel de Jesus, que fez uso da palavra.

Cumprimento também o Secretário de Segurança Pública, Sr. Célio Wilson; bem como os representantes da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Quero dizer, Sr. Secretário, que nós na última terça-feira já aguardávamos aqui a presença do Secretário de Administração, Dr. Marcos Henrique Machado; em função da solicitação desse pessoal para terem uma explanação, uma elucidação, para essas questões que vêm se discutindo. São elas: a questão do Estatuto das Polícias Civil e Militar e a questão da contratação dos trezentos concursados do Corpo de Bombeiros.

Somos conhecedores aqui, e esse é o meu terceiro mandato na Assembléia Legislativa, dos problemas que o Estado tem.

Eu tenho certeza de que, se dependesse de mim, se dependesse dos senhores Deputados aqui, se dependesse apenas da nossa vontade de resolver - quando vem esse movimento, essa necessidade, de qualquer sindicato, de qualquer segmento da sociedade -, nós faríamos o possível para resolver, pois sabemos também, das dificuldades que se têm.

Quanto à questão do Orçamento do Estado, eu participo da Comissão de Constituição e Justiça, já pela terceira vez consecutiva. A cada ano que passa, em função das necessidades que se têm nessa área, tem-se colocado mais recursos à segurança pública, tem-se discutido a necessidade de tudo isso que o Deputado Nataniel de Jesus colocou aqui a pouco, de lutarmos para criar artifícios, dar condições para a defesa da sociedade com muito mais eficiência do que se vê hoje.

Essa convocação, que a princípio foi convite e depois convocação, tanto ao Secretário de Justiça e Segurança Pública como ao Secretário de Administração, para se passar aos representantes das categorias que estão aqui presentes é de extrema importância. Aqui todos têm expectativas. Um tem a expectativa de redigir seu estatuto, outro de ser contratado, de ser colocado...

O Estado... E eu vejo a agonia do próprio Governador na questão da segurança, da problemática da segurança no Estado hoje.

Temos que discutir até mais frequentemente, soluções que possam ser desenvolvidas para se chegar a um bom termo.

Voltando à questão da segurança pública, com relação às polícias. Há alguns dias assisti no Jornal Nacional, parece-me que no Rio Grande do Sul, sobre um encontro de uma unidade das polícias.

Inclusive, ontem, o Presidente da República, disse que incluirá o Estado do Espírito Santo numa região estratégica, de unidades e fortalecimento das polícias.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA
22 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Eu quero ouvir de Vossa Excelência também, quando Vossa Excelência for explicar, se Mato Grosso, que ao meu ver, é um dos Estados problemáticos do Brasil. A questão da nossa fronteira seca, em que pese algumas providências do GEFRON, em que pese estratégias já encaminhadas, se o nosso Estado está incluso também nessas regiões estratégicas.

E o que nós podemos fazer em termo de apelo, eu quero fazer em termo de apelo, é que a cada dia eu ouço as pessoas que nos conhece, como representante do povo, que tem tido mais problema de segurança aqui na grande Cuiabá. Cuiabá e Várzea Grande, principalmente.

A cada dia se ouve mais questões de violência de toda ordem. E é uma questão que eu vejo como uma tendência mundial. Nós temos que discutir, neste momento, e não podemos mais esperar para o ano que vem. Temos que discutir o ano que vem, a questão do Orçamento. Há uma expectativa de evolução na arrecadação do Estado para nós priorizarmos a questão da segurança. Como disse o Deputado Nataniel de Jesus, eu acho que têm áreas prioritárias. Tem. Mas a segurança, eu acredito que ela é prioridade número um.

Eu concludo aqui as minhas palavras iniciais, mas, eu deixo essa preocupação de estarmos, neste momento, buscando se for preciso, marcar uma reunião com o próprio Governador, juntamente com Vossa Excelência. Marcar uma reunião para buscarmos alternativas ou transferências de recursos a algum outro setor. Eu acho que há uma emergência a questão desta reunião aqui hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) – O Sr. Deputado Mauro Savi deseja fazer alguma consideração?

O SR. MAURO SAVI – Quero cumprimentar o Presidente, os nobres colegas Deputados, o Sr. Secretário Célio Wilson, os senhores todos que representam a segurança.

Quero dizer, Sr. Secretário, que nós, todos os Deputados, estamos coesos na questão da nomeação, mas principalmente, o Estado tem que tomar uma postura na questão da segurança. Nós somos uma região totalmente fronteira, Vossa Excelência sabe disso, um corredor de roubo de carga, tráfico de drogas, de uma série de fatores que desovam dentro do nosso Estado e que passam pelo nosso Estado.

O investimento do Governo, o senhor pode ter certeza, será recompensado e retribuído. Hoje, um grande empresário para deslocar-se num estado promissor igual ao nosso, essa questão da segurança pesa na balança. E na hora de definir o investimento, hoje, em Mato Grosso, se virmos os índices e compararmos com os índices do Rio de Janeiro, veremos nós somos o terceiro do País.

Nós temos que tomar providências em cima disso. Nós, Deputados, estamos coesos nos encaminhamentos, como falou o Deputado Eliene. Os senhores podem ter certeza que, independente de estar ou não, hoje, aliado à bancada do governo, nós somos aliados à bancada do povo de Mato Grosso. Então, esperamos uma posição do Governo...

Eu quero pedir licença ao Deputado Presidente da Comissão, que eu tive esses dias um encaminhamento do Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, dos Direitos Humanos, onde me pediram para eu ir aos presídios e ver como é que estão os presos. E nunca ninguém me pediu para eu ver como é que estão os carcereiros, como é que estão os policiais. É o que venho dizendo, Deputado Nataniel de Jesus, nós temos que ver essas pessoas que trabalham em condições sub-humanas, com armamento precário, principalmente no interior, onde as pessoas enfrentam, hoje, os...

(VIRADA DA FITA)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA
22 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

O SR. MAURO SAVI – ... Para que essa questão de segurança seja passada a limpo o quanto antes. Nós não podemos agüentar essa situação que está hoje, no Estado de Mato Grosso.

A Srª Verinha Araújo – Sr. Presidente, só para complementar...

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) – Com a palavra, a ilustre Deputada Verinha Araújo.

A SRª VERINHA ARAÚJO – Sr. Secretário, nós tínhamos aqui a presença dos escrivões de Polícia, que estão aqui representados, até o diretor do Sindicato está aqui conosco para discutir o antiprojeto da Polícia Civil. E temos agora, entre nós, os concursados do Corpo de Bombeiros que o Deputado Eliene, e nós, também, vimos lutando para que eles sejam nomeados o mais rápido possível.

Nós já recebemos um ofício do Secretário da Administração, em que ele coloca dificuldades para nomeá-los. E nós Deputados, todos aqui, já assinamos um documento e queremos reforçar com Vossa Excelência, para que eles sejam nomeados o mais rápido possível. Eu vou utilizar novamente esse termo, porque o Corpo de Bombeiros, hoje, é uma forma de prevenção também na Segurança Pública. Nós temos aí o trabalho da Polícia Civil, temos o trabalho da Polícia Militar, mas sem o Corpo de Bombeiros na prevenção também... Na verdade é um tripé.

Gostaríamos de repassar a Vossa Excelência a reivindicação, e que Vossa Excelência discutisse isso junto com o Governador. Tem o nosso apoio aqui da Assembléia Legislativa, para que isso seja agilizado, mesmo porque foram aprovados, seguiram uma série de trâmites.

Sr. Presidente, se Vossa Excelência pudesse, depois, passar a palavra para o representante deles, para que possam expressar seus sentimentos, nós agradecemos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) – Eu peço que façam a inscrição das pessoas que efetivamente querem questionar ou um representante que queira questionar.

Cada vez que forem usar a palavra, por favor, que se apresentem e ao mesmo tempo, digam a função que exercem e a quem representam.

O SR. CLEDSON - Boa-tarde, Srs. Deputados, Sr. Secretário de Segurança.

O meu nome é Cledson, sou Presidente do Sindicato dos Agentes Policiais e Agentes Prisionais do Estado de Mato Grosso.

Eu fico feliz em vê-lo aqui, Sr. Secretário, num ato democrático junto aos Deputados, junto aos policiais e outras entidades de classe, para realmente discutirmos um assunto, como disse o nobre Deputado Nataniel de Jesus, que preocupa não só o Estado de Mato Grosso como todo o Brasil, que é a segurança pública.

Nós vimos aqui, hoje, provocar uma discussão a respeito de um projeto que foi feito já há algum tempo, no Governo anterior, e que vem trazer benefícios para os agentes policiais e escrivões. Só que se passou o Governo anterior e veio o novo Governo. O Secretário Marcos Henrique Machado acompanhou o projeto como um todo, e já se passaram quatro meses do novo Governo e esse projeto não aconteceu. O projeto está emperrado, o projeto não anda. Eu como Presidente do Sindicato, já estou há três mandatos no Sindicato e sei mais ou menos porque esse projeto não anda. Não é? Só que realmente o clima está ficando tenso com relação aos policiais, principalmente, com relação aos novos policiais, que tem que viver com um salário de setecentos e sessenta reais bruto.

São policiais qualificados. O Governo anterior fez uma brilhante seleção para escolher esses policiais, entretanto, não está sendo dado o devido valor a esses policiais e com isso muitos deles estão pedindo exoneração. Porque, não há condições de se viver com setecentos e sessenta reais, nem muito menos cobrar honestidade desses policiais.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA
22 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Eu acho que o senhor, deputado, foi muito feliz na sua fala, na sua colocação, na sua exemplificação na questão do Rio de Janeiro com o Mato Grosso.

Eu acho que o Governo que se preocupa com o povo, procura sair na frente. Ele procura estar sempre visando o bem estar desse povo. Eu acho que está na hora de nós olharmos com carinho para a sociedade de Mato Grosso, porque muito se propagou, muito se propagou na campanha anterior que segurança seria a prioridade do Governo, mas, até o momento nós não temos visto nenhuma priorização na questão da Segurança Pública. Isso me preocupa, também.

Quando nós vamos construir uma casa, nós primeiro fazemos o que? O projeto dessa casa. Mas, nós não vemos projeto nenhum com relação a Segurança Pública ou se há, não está sendo discutido democraticamente com a classe que representa a categoria.

Eu entendo que se tem alguém que entende de Segurança Pública, somos nós que vivemos segurança pública vinte e quatro horas por dia. Nós entendemos de Segurança Pública. O Governo vem aí fica por quatro, oito anos e vai embora. E a polícia continua.

Nós gostaríamos de sentar com o novo Governador, discutir segurança pública, dar opiniões de como se mudar, como se atender melhor a sociedade na questão de segurança pública e o que se fazer para se ter uma polícia, realmente, que atenda as necessidades da sociedade. Enquanto sindicato, nós temos colocado aos nossos policiais, que nós queremos uma polícia amiga da sociedade, uma polícia em que aonde chegue o cidadão e se sinta seguro.

É esse o tipo de policial que eu sempre procurei ser, tanto que eu sempre estive nos movimentos comunitários do meu bairro, o Deputado Eliene me conhece, eu acho que a Deputada Verinha Araújo me conhece e outros. Então, é esse o modelo de polícia que nós queremos. Agora, infelizmente, até o momento, eu não vi nada para termos esse modelo de polícia.

Outra coisa, quando o Governador Dante de Oliveira aplicou o subsídio, melhorou o salário da polícia civil e muito. Eu ganhava seiscentos e oitenta reais e passei a ganhar mil, seiscentos e cinquenta reais. Só que como não se tinha nenhum policial novo na época, ficou setecentos e sessenta reais com o salário base.

E não se adianta também, Deputado, construirmos uma casa bonita, mas não preservarmos essa casa. O que eu vejo hoje, é que, principalmente, quando se trata de Estado, procura-se fazer uma política de conservação. Porque, do subsídio de 2000 para cá, quantos por cento nós já tivemos de inflação nesse período? Não foi repassado nenhum centavo para o salário do policial. Não existiu reposição salarial.

Daqui a pouco, mil seiscentos e cinquenta reais vai dar para fazer uma compra no mercado e acabou o salário. Porque, a política que se vê aí nos corredores é a política de que? Não tem dinheiro para nada! Agora a pouco, eu vim da Secretaria de Estado de Segurança Pública, onde fui marcar uma Audiência, pela segunda vez com o nobre Secretário Célio Wilson

Estive na Secretaria de Estado de Administração, do Dr. Marcos Henrique Machado com problema de policial que está com problema de saúde e quer receber o seu precatório. O Governador mandou cortar tudo, não está pagando férias atrasadas, nem nada. Realmente, fica difícil partindo desse princípio. Eu fico com a opinião do nobre Deputado Eliene, que para priorizarmos a segurança, se tiver que cortar alguma coisa de uma outra área, que corte. Mas vamos priorizar a área que hoje é o assunto do momento. A questão da violência. Hoje a violência já não está mais só nos bares, já não está mais só nas periferias, hoje, a violência está em todas as classes, em todos os níveis sociais.

É isso o que eu gostaria de pedir para o Secretário Célio Wilson, que tem acesso ao Secretário Marcos Henrique Machado, ao Governador do Estado, que coloque essa ansiedade da Polícia Civil, essa esperança da Polícia Civil, no Secretário de Estado de Segurança Pública, na

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA
22 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

segurança como um todo, para que nós realmente possamos fazer uma política que atenda a sociedade como um todo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Eu quero, antes de questionar se alguém mais gostaria de fazer o uso da palavra, informar que nós teremos Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa, às 17:00 horas, de modo que são 16:00 horas, portanto sejam os mais breves possíveis, que vão direto ao cerne da questão, para que o Secretário possa ter o maior espaço de tempo possível para expor, não só aquilo que nós estamos buscando, que é tomar conhecimento dos projetos que possam ser encaminhados para discussão, como, principalmente, para que nós possamos ter também, a elucidação de vários pontos que hoje são a causa de aqui estarmos. Certo? Então, vou pedir àquele que for usar a palavra, que o faça como a maior objetividade, possível.

O SR. JULIANO - Bom, boa tarde, Srs. Deputados, Srs. Secretários, tentaremos ser breve em nosso questionamento.

Meu nome é Juliano e estou representando a Comissão dos aprovados no último concurso para soldado do Corpo de Bombeiros.

Eu tentarei salientar em três partes, que são as três direções que estamos correndo para solucionar o nosso problema. A primeira parte, que vem do Executivo, é um compromisso firmado pelo próprio Governador Blairo Maggi, e nossa turma de alunos que estão se formando no final do segundo semestre. Compromisso esse firmado na Tropa do Comando Geral do Corpo de Bombeiros. Um compromisso público.

Temos também uma conversa com o Secretário de Estado de Administração, Sr. Marcos Henrique Machado, alegando que está aguardando a previsão do final do orçamento trimestral do Estado. Ele alegou que se tivesse um orçamento com uma média de cento e oitenta e cinco milhões, haveria uma possibilidade muito boa de nos chamar agora no segundo semestre.

Nós temos também esta Casa aqui. O Poder Legislativo, com apoio amplo de vários Deputados, da Deputada Verinha, Deputado Ságuas, Deputado Eliene. Há um Requerimento a nosso favor, de autoria do Deputado Ságuas, pedindo um posto de comando para Juína, também.

Além disso, temos baseado no próprio edital do concurso, Sr. Secretário, escrito explicitamente que a matrícula seria efetuada no ano de dois mil e três. Além de estar explícito no edital, temos também a necessidade de um maior efetivo na corporação do corpo de bombeiros para o Estado de Mato Grosso. Essa necessidade está explícita, Srs. Secretários, Srs. Deputados, num mapa anual de ocorrências que conseguimos.

Eu tenho dados do ano de dois mil, em que foram feitas doze mil quatrocentos e vinte e seis ocorrências do Corpo de Bombeiros, total geral. No ano de dois mil e um, nós tivemos um aumento para quatorze mil setecentos e setenta e duas ocorrências. No ano de dois mil e dois, nós tivemos um aumento ainda pior, dezenove mil cento e quarenta e cinco ocorrências. Isso do ano de dois mil para cá. O último concurso foi em um mil novecentos e noventa e oito. Se olharmos os dados do ano de um mil novecentos e noventa e oito, aumentaram mais de cento e vinte por centos os números de ocorrências no Estado o que não ocorreu com o número de efetivos. Hoje se tem um efetivo de seiscentos e quarenta homens para o Corpo de Bombeiros.

É do conhecimento dos Srs. Deputados que há postos no interior do Estado, que estão à beira do fechamento por falta de efetivo. Nós temos também companheiros, soldados, trabalhando dobrado num regime de vinte e quatro por vinte e quatro horas e o certo seriam vinte e quatro por quarenta e oito horas.

Entre essas e outras questões, é do nosso entendimento que o Estado tem que cumprir um orçamento fiscal com essa prioridade que eles têm.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA
22 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Mas eu peço aos Srs. Deputados e Srs. Secretários, que essa busca do equilíbrio da Receita, não atropela a necessidade de que hoje o Estado precisa de um efetivo maior no Corpo de Bombeiros.

E fica uma pergunta no ar, será que nós vamos esperar que talvez venha em agosto uma grande queimada em Chapada dos Guimarães, ou que aconteça algum acidente, não sei. Como aconteceu semana passada, e que foi transmitido na televisão. Um patrimônio histórico queimado. O Corpo de Bombeiros por falta de efetivos e por falta de equipamentos, também...

Então, fica essa questão de não atropelar essa necessidade de um equilíbrio fiscal a necessidade de um maior efetivo no Estado.

Era só o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) - Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, Sr. Secretário, passo agora a Vossa Excelência a oportunidade, então, de fazer os seus esclarecimentos, para que possamos tomar conhecimento daquilo que vem sendo feito em nível de Secretaria de Segurança Pública, com relação às necessidades e às solicitações.

O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, Deputado Joaquim Sucena, demais Deputados aqui presentes, Srs. agentes policiais, concursados aprovados do Corpo de Bombeiros.

São dois os assuntos específicos para serem tratados: primeiro a questão dos Bombeiros, as nomeações das trezentas pessoas que foram aprovadas. Já foi colocado e os senhores sabem disso, que essas nomeações só não foram feitas ainda em função da inexistência de disponibilidade financeira.

Infelizmente, a situação do Estado hoje, é precária. Financeiramente é precária. Porém, existe sim, digamos, uma luz no fim do túnel, que é um incremento da receita que vem se repetindo há dois meses se não me engano. Mas isso precisa ser confirmado se realmente representa uma realidade que, manter-se-á nos próximos meses.

E infelizmente ou felizmente, melhor dizendo, o Estado tem que se submeter à legislação. E uma das leis hoje é a Lei de Responsabilidade Fiscal. Não tem como fugirmos a isso. Nós temos um teto. Nós temos limites estabelecidos por lei para investimento.

E no que se refere à Secretaria de Segurança Pública, tudo aquilo que era preciso fazer no sentido de se obter a nomeação deste pessoal, já foi feita. Já foram encaminhadas as solicitações. Nós temos reiteradamente conversado com o Governador. Quando ficou acertada a nomeação dos novos agentes de polícia civil, delegados, escrivões e dos policiais militares, nós levamos também, o pedido de nomeação dos bombeiros. Só que infelizmente, hoje, dentre prioridades, nós temos que eleger algumas. É difícil, mas temos que estabelecer dentre prioridades, prioridades.

Há o compromisso sim, do próprio Governador, em fazer essas nomeações. Essas nomeações podem não se dar, amanhã, ou depois, ou as trezentas em uma única oportunidade, mas essas nomeações acontecerão. E tão logo haja uma folga no caixa, e que o financeiro do Estado permita ou a situação financeira permita, essas nomeações serão feitas.

Cabe, no momento, apenas pedir um pouco de paciência, porque se isso é compromisso do Governo, então, será feito. Agora é preciso que haja recurso para fazermos essas nomeações. Isso o Secretário Marcos Henrique Machado colocou, e ele reconhece também aqui, a questão. Ele coloca que havendo incremento continuado da receita... Há um incremento já. Mas, é preciso que isso se concretize, isso represente, vamos dizer assim, uma situação real. Que na receita há oscilações, agora, a partir de um determinado momento dá para saber se aquilo ali... Se o comportamento se manterá daquela maneira e aí será possível a nomeação. Talvez, não de todos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA
22 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

num único momento, mas, pelo menos uma parcela razoável. Eu acho que em relação a questão do Corpo de Bombeiros era isso que eu poderia e deveria colocar.

Mas fica também o compromisso que sempre que pudermos, voltarmos a essa questão com o Governador e tentando sensibilizá-lo, até para que, nós não vivamos essa situação como o senhor colocou. Que estejamos trabalhando de uma maneira pró-ativa, não só reagindo ao problema. E depois que acontece, às vezes, só lamentar não é suficiente.

No que se refere ao Estatuto da Polícia Civil.

O Sr. Cledson colocou que isso vem desde o Governo passado. Esse Estatuto vem sendo trabalhado, discutido. Passou pelo crivo das classes, dessas categorias, que estão ali inseridas no âmbito da Polícia Civil como autoridades, policiais e os agentes da autoridade. E esse Estatuto em dez de dezembro, se eu não me engano, voltou para a Polícia Civil, para a Comissão, e permaneceu nessa Comissão até meados de março agora, se eu não me engano. Ele foi recebido na Secretaria em dezoito de março, se eu não me engano.

Hoje nós temos uma situação. Eu particularmente não concordo com tudo o que consta nesse Estatuto não no que se refere aos direitos, aquilo que é inclusive, reconhecido constitucionalmente. Em relação a isso, de minha parte, os senhores podem ficar tranquilos, que não haverá qualquer alteração para excluir qualquer vantagem que venha a ser conquistada. O que eu questiono, questiono não; o que eu discordo - e alguma coisa a partir também do plano nacional de segurança pública, o plano do Governo Lula-, é que passamos aqui por umas questões delicadas no que se refere à integração das polícias.

Hoje, a unificação, Deputado Nataniel de Jesus, não é possível até por empecilho de ordem constitucional. Agora, isso não quer dizer que se possa trabalhar inclusive, dentro da legislação, dentro dos estatutos, a questão da integração. Ou seja, formas de atuação coordenada entre as polícias. Integração, ao meu ver, nada mais é do que se buscar a uma atuação coordenada mesmo entre as polícias. Estarem procurando trabalhar de forma unida, mas, dentro das peculiaridades de cada uma delas e de forma integrada, é o termo correto.

Eu posso citar também uma outra situação, a questão da Academia de Polícia. Toda a situação da Academia está prevista aqui, não está? O funcionamento, direção, tudo. Existe hoje um outro projeto do Governo, e isso segundo consta, segundo foi colocado, é uma decisão de Governo no sentido de se implantar a escola de Governo. A escola de Governo que abrigaria, abrigaria todas as academias e todas as escolas existentes atualmente. Essa questão que também precisa ser amarrada dentro do estatuto, a questão da escola de Governo. Isso já está bem adiantado.

Na semana passada, o Coronel Almir Balieiro, que é o responsável, apresentou uma minuta do projeto de lei complementar que estaria tratando da escola. Então, nós teríamos, vamos dizer assim, que adequar essa legislação àquela da escola, para que daqui logo em seguida não tivéssemos que mandar outro projeto de lei fazendo as correções.

Uma questão também, que particularmente eu questiono, é o excessivo número de delegados de polícia ocupando cargos administrativos.

Você tem, por exemplo, departamento administrativo e financeiro. Não há necessidade, ao meu ver, de um delegado de polícia comandar esse departamento. A característica ali não é de atividade policial, é administrativa, então, é muito melhor a presença de um técnico. E isso os senhores sabem que a questão administrativa tem nos angustiado demais, tem nos deixado assim, tem nos tirado o sono mesmo. Porque a coisa ali é emperrada, Deputado.

Nós temos que passar por um processo de profissionalização dos órgãos da administração da Segurança Pública. Dos administrativos, da Segurança Pública. O que nós pretendemos fazer e levar é criar dentro da Secretaria, dentro da Polícia Civil, como já existiram, quadros de agentes administrativos, pessoas que integrarão os quadros das polícias, mas, para

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA
22 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

desempenhar uma função administrativa e não continuar nessa prática de retirar o agente policial da atividade-fim dele para trabalhar ali.

São questões desse tipo que nós estamos trabalhando, esse tipo de questões: diminuir o número de polícias, de delegados que estão exercendo funções administrativas; trabalhar um pouco a questão da composição da diretoria. Hoje nós temos lá, diretoria obrigatoriamente provida pelos delegados da classe especial. Eu acho que é até justificável a presença dessas pessoas, de delegados classe especial no comando da instituição como: garantindo a preservação do princípio da hierarquia, a questão da disciplina, tudo, porém, não é necessário que todos os cargos sejam providos por delegados classe especial.

Pode-se trabalhar as funções como: delegado chefe de polícia. O departamento do interior, da Capital, até aceita que a corregedoria permaneça sobre um comando de uma classe especial. Agora outras funções, não. Até com isso, eu não sei se os senhores concordam comigo ou não, há vários anos em que existe apenas uma troca de cadeira ali, apenas a mudança de... As pessoas mudam o lugar. Eu entendo que deva haver uma oxigenação. Essa oxigenação passa pela abertura de oportunidades, inclusive para os agentes, para os escrivões ocuparem cargos também dentro do próprio quadro de direção da polícia.

É lógico que existe hierarquia entre os senhores e os delegados. O comando da polícia estará sempre a cargo de um delegado de polícia, mas existem postos que possam, sim, ser ocupados como já prevê inclusive aqui, nessa versão, alguma coisa de policiais civis estarem ocupando postos na direção.

Uma outra questão que está sendo trabalhada e que diz respeito com a integração diretamente ao plano nacional de segurança pública é a questão da corregedoria. Vem-se brigando, vem-se falando há muito tempo em uma corregedoria integrada.

Eu particularmente tenho uma opinião no sentido de que, nós deveríamos ter uma corregedoria única. Porque eu acho que quem não deve nada, não tem nada a temer. Essa corregedoria única daria transparência. Não só os procedimentos da Polícia Civil, como da Polícia Militar, dos Bombeiros, da Superintendência de Perícia e de Identificação. E essa é uma proposta que encontra um respaldo no plano nacional.

Nós temos que trabalhar também com olhos voltados ao plano nacional de segurança pública. Porque nessa reunião que nós tivemos em Porto Alegre, agora no começo do mês, deixou bem claro quais serão os projetos que serão analisados, priorizados dentro do Governo Federal. Nós temos sim, dependência. Temos que trabalhar com o Governo Federal, como temos que trabalhar também com os municípios. Essa questão da corregedoria merece um amadurecimento. É mais um ponto, acredito eu, que terá que ser revisto. São questões que não vão interferir de forma alguma nas vantagens, nos benefícios conquistados.

Agora, eu peço aos senhores um prazo de vinte dias para encaminhar esse projeto, não para a Assembléia Legislativa, porque isso dependerá do aval do Governador também, mas acredito que saindo da Secretaria e passando pela SAD, eu tenho conversado com o Secretário Marcos Henrique Machado também, não haverá óbice nenhum por parte do Governo.

Não sei se fui claro. Esse tema sobre Estatuto merece ainda algum reparo, algum esclarecimento maior.

Eu gostaria, aproveitando a oportunidade, sobre algumas colocações que foram feitas em relação o atual Governo, o comportamento em relação à Segurança Pública.

Os senhores, melhor do que eu, sabem que eu não diria Segurança Pública, mas, as polícias do Estado de Mato Grosso vem passando por um processo contínuo de deterioração. Há muito tempo isso... não é Governo Dante de Oliveira. Anterior ainda ao Governo do Dante de Oliveira, talvez, na época quando se teve algum investimento, planejamento, também, isso foi ainda

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA
22 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

no Governo Jaime Campos, se eu não me engano. E dali para frente, por exemplo, no Governo Carlos Bezerra acabou-se com os cargos administrativos. Esse pessoal foi todo demitido. Assim começou a deterioração. Investimentos em cadeias, por exemplo, muito pouco foi feito. Cadeias não, delegacias. Hoje nós queremos trabalhar essa separação: cadeia para um lado, sistema prisional para o outro; delegacia de polícia para um lado, sistema prisional do outro. Nós queremos recuperar alguns prédios, mas isso levará ainda um bom tempo e demanda recursos também.

Agora, diante desse quadro de deterioração contínua de vários anos, eu acho que temos que reparar uma questão que senhor colocou, da priorização. Apesar de toda dificuldade, de toda a situação financeira em que o Estado se encontra, nós tivemos este ano: a nomeação dos trezentos policiais militares, a nomeação dos delegados, agentes e escrivões. O Governador já autorizou a compra de viaturas que é uma coisa que está incomodando demais...

(A SR^a DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA DE SUA BANCADA – INAUDÍVEL)

O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA – O número exato eu não tenho, mas é em torno... Vai totalizar mais de sete milhões de reais em dinheiro para aquisição de viaturas. A questão dessa distorção que decorreu em função de não preencher o requisito exigido pela nova Legislação, já foi corrigida? Não foi? Não, totalmente. Mas já houve alguma correção. A questão do ATS está sendo encaminhada também, e aos poucos, eu acredito que ainda de maneira, vamos dizer assim, mais tímida, em função da questão financeira. Mas o Governo tem demonstrado sim, uma priorização. Nós estamos trabalhando ali uma sede própria para a Polícia Civil, isso já está definido, para melhorar as condições de trabalho de todos os órgãos ligados à Polícia Civil.

A questão da descentralização da Miranda Reis, porque aquilo é um absurdo; às vezes o cidadão fica ali duas, já colocaram até mais de três horas, aguardando para ser atendido não por culpa do servidor, mas, pela concentração, pela falta, talvez, da descentralização e concentração ali.

Nós estamos fechando a locação do antigo Hospital São Paulo. Iniciaremos a reforma do complexo do CPA, para que tenhamos pelo menos quatro regiões dentro de Cuiabá.

Hoje, nós não temos, digamos assim, propostas mirabolantes, milagrosas, até porque não existem. Nós estamos trabalhando com o pé no chão no sentido de se resgatar essa questão da descentralização, voltar a regional de Várzea Grande e descentralizar também em Várzea Grande. Manter algumas distritais e fazer com que elas voltem a atuar quase que plenamente, porque seria até uma forma de resgate moral das pessoas que estão atuando nessas delegacias que ficavam, ali, querendo trabalhar, mas de mãos atadas em função do Sistema. Isso na Polícia Civil.

Dentro da Polícia Militar - o Deputado Zé Carlos do Pátio acabou se ausentando, mas a Deputada Verinha sabe disso e eu acredito que os senhores também -, nós temos que passar necessariamente pelo policiamento comunitário, pela implementação que é o que tem dado um resultado satisfatório em questões localizadas, onde há uma situação crítica. Tudo isso tem que ser feita de forma integrada. Tem que haver a maior proximidade com a Polícia Civil também.

Nós temos trabalhado, ainda não veio para os agentes, mas já está confirmado. Nós estamos com alguns probleminhas de ordem administrativa no que se refere à questão da capacitação em dar um curso de pós-graduação para os delegados, para os oficiais, e aberto também, a outras pessoas.

Em relação aos senhores, aos agentes, é também nossa vontade, isso eu já coloquei, que haja uma capacitação constante, permanente. Isso vai acabar com essa historia de: concluiu academia um abraço, e se vira;, ou permitir essa capacitação apenas para um grupo pequeno.

Nós estamos conversando com a UNEMAT e visualizando, trabalhando a criação de um curso em nível de graduação em Segurança Pública. Para um público alvo: policiais civis, militares, bombeiros e agentes prisionais. Esse seria o público alvo, com inscrição sob a forma de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA
22 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

concurso vestibular para que haja essa capacitação possante e os senhores, aqueles que não têm, ou que têm interesse de ter mais um curso superior voltado para a sua área de atuação. Essas são propostas que estamos trabalhando e acredito que algumas delas, em curto espaço de tempo, serão viabilizadas.

Eu acho que é prioridade nossa essa descentralização, a questão do policiamento comunitário e o aperfeiçoamento profissional.

Na questão salarial tem que haver uma recuperação, também. Porém, nós estaremos esbarrando sempre na questão financeira. Já temos conversado isso com o Governador e, tão logo haja uma estabilização, haja realmente a confirmação de um crescimento de receita, aí, nós começaremos a discutir com os senhores isso aí. Senão fazer uma reposição integral de uma única vez, mas pelo menos um projeto para os próximos anos, para que haja esse trabalho, essa recuperação.

Infelizmente, nós não temos como atender todos os pedidos de uma vez e os senhores sabem bem disso.

Eu gostaria de agradecer aos Srs. Deputados pelo convite e dizer que estou sempre à disposição.

Gostaria de agradecer, também, as manifestações de apoio. Eu acho que mais do que nunca, toda sociedade, não só os órgãos de segurança, têm que estar unida na busca de soluções para a segurança pública, que não se restringe à atividade policial.

Segurança pública não se faz só com polícia, pelo contrário, ela passa por prevenção, chamada prevenção primária. Nós temos que trabalhar as questões: do emprego, da educação, de habitação, são várias as questões. Da iluminação pública que diz respeito ao Município, vias que permitam tráfego tranquilo, enfim, são várias questões que têm que ser trabalhadas. Essa é uma exigência também do Governo Federal. Não basta, e eles deixaram bem claro, hoje, projetos que dizem respeito à aquisição de viaturas, aquisição de armamentos ou outro tipo de equipamento para as polícias. É preciso que os estados apresentem projetos sistêmicos, ou seja, abordando, não só a questão policial, mas o que está sendo feito também pelos outros órgãos do Governo no sentido de melhorar a segurança pública.

Mais uma vez, obrigado pela oportunidade e fico ainda à disposição para algum esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) – Vou passar a palavra ao nobre Deputado Eliene, para que possa fazer os questionamentos ao Sr. Secretário com relação aos assuntos já debatidos e colocados.

O SR. ELIENE – Sr. Secretário, eu também quero agradecer a sua vinda à sala das Comissões, nessa reunião conosco. Eu acho que é importante termos essa oportunidade.

Ouvimos atentamente o que Vossa Excelência dizia, e nós entendemos que há uma série de componentes na questão da totalização de artifícios que possam somar positivamente para termos uma sociedade mais tranquila e mais pacífica.

Mas, de qualquer forma, eu agradeço a sua vinda aqui. Eu acho que o nosso papel, aqui na Assembléia Legislativa, é o de receber sempre as dificuldades de toda ordem. Nós temos que buscar intermediar, usar esse canal que temos de ligação com o Governo ou de oposição ou de Aliança, mas nós temos que estar sempre atentos e correspondendo aos vários anseios que por aqui passam.

Dentre os questionamentos que eu fiz para Vossa Excelência no início, eu achei interessante a questão dos vinte dias que foi passado para a Polícia Civil. Eu acho que se criou até um ponto positivo. Nesses vinte dias, Vossa Excelência distribuiria a cópia do novo Estatuto para que eles discutissem?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA
22 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

(O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. ELIENE – Antes disso.

Nesse Estatuto também já está prevista essa correção da defasagem que ficou para o iniciante? Também já teria uma...

(O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. ELIENE – Já.

Outro ponto que eu questionei no início foi a questão do Plano Nacional de Segurança Pública, que eu acho que é um ponto positivo, que estamos observando, não há ainda uma certeza de ter uma priorização no Estado?

(O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. ELIENE – Certo. Depois eu devolvo para Vossa Excelência.

E, por último, a questão dos bombeiros. Se pelo menos Vossa Excelência pudesse marcar uma data para discutir com eles... Daqui a algum tempo, vinte dias, por exemplo, dar mais uma expectativa para eles. Eu acho que seria interessante.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA - No que se refere aos bombeiros, eu não tenho como estabelecer um prazo, porque isso não depende de mim. A decisão de nomeação é do Governador do Estado e passa pela questão financeira. Isso foge ao âmbito da Secretaria...

(O SR. DEPUTADO ELIENE FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA – Está à disposição ali.

(O SR. DEPUTADO ELIENE FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA – O ideal seria os senhores tratarem isso com o Secretário Marcos Henrique Machado.

A gestão de pessoal hoje, está mais afeta à Secretaria de Administração. No caso as Secretarias de Fazenda e Planejamento pela questão financeira e orçamentária.

(UM PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA – Inclusive com o nosso apoio.

A questão do Plano Nacional, Mato Grosso nesse contexto, o Secretário Nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, definiu uma agenda. O Governo Federal estabeleceu essa agenda e, a partir daí, eles estarão fazendo as visitas, os contatos no Estado.

Essa integração que eles estão buscando hoje, não é uma integração só entre as polícias estaduais, mas, polícias estaduais, federais e onde houver guarda municipal, eles também. Isso passaria pela criação de um escritório de gestão da Secretaria de Segurança Pública dentro do Estado de Mato Grosso. Todos os estados teriam esse escritório de gestão com uma pessoa nomeada pelo Presidente da República, para acompanhar, auxiliar, compartilhar, a questão da Segurança Pública dentro dos estados. Essa pessoa seria, vamos dizer assim, a pessoa que faria a ponte entre os órgãos estaduais e federais no que se refere essa integração. Essa pessoa também ficaria responsável pela análise, encaminhamento de projetos, tudo objetivando facilitar.

Hoje, está centralizada em Brasília e se buscaria também uma descentralização. Em Mato Grosso, nós manifestamos nosso interesse e inclusive, colocamos à disposição com a ida da Polícia Civil para a sua sede própria. Nós teríamos espaço ali, inclusive, para abrigar esse escritório e estamos colocando à disposição.

Nós estamos trabalhando, encaminhando alguns projetos e seria muito importante o apoio dos Srs. Deputados na questão da recuperação do presídio do Carumbé, na questão da construção de mais uma unidade prisional no Estado, porque nós já ultrapassamos o limite da capacidade de, praticamente, todos os presídios, principalmente, quando nós falamos em presos provisórios. É preciso fazer algo emergencialmente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA
22 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Eu tenho alguns processos, projetos encaminhados junto ao Ministério da Justiça, e há uma sinalização positiva já. Mas, com a ajuda de Vossas Excelências é bem provável que nós consigamos agilizar isso.

O que mais nos tem prejudicado, hoje, inclusive, no que se refere à liberação de recursos no Governo Federal, é a pendência de alguns poderes no que se refere ao INSS. Esse débito com o Governo Federal, é que torna o Estado de Mato Grosso como um todo inadimplente e impede a liberação de recursos, apesar de que levamos ao Secretário Nacional de Segurança Pública a nossa preocupação no sentido de que problemas que fogem ao Poder Executivo não podem emperrar e prejudicar a população do Estado. A inadimplência não é da Secretaria de Segurança Pública, mas de outros órgãos, de outros poderes. Isso não pode prejudicar, porque ao deixar de transferir recurso para a segurança pública em função desse tipo de inadimplência, ou seja, que não diz respeito à Segurança pública, está prejudicando a população.

O SR PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) – Passo a palavra à Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO – Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, nós havíamos sugerido, anteriormente, aqui, na reunião da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, uma Audiência Pública para discutir, especificamente, o Plano Nacional de Segurança Pública e já também o Plano Estadual. Com certeza, o Secretário de Segurança já deve ter uma programação, um planejamento conjunto em relação ao Plano Nacional de Segurança Pública.

Eu acredito que hoje, nós pouco adiantamos em algumas questões que Vossa Excelência colocou na fala. Havia uma sugestão da data do dia sete de maio. Eu já falei aqui com o Deputado Zé Carlos do Pátio, que é Presidente da Comissão de Segurança Pública e Comunitária, para fazermos na data anterior, no dia seis, que é numa terça-feira. Se Vossa Excelência já tivesse a agenda da vinda do Secretário Nacional de Segurança Pública, nós poderíamos casar a vinda dele com a Audiência Pública. Se Vossa Excelência checar hoje e nos repassar, já poderíamos aqui externar aos outros Deputados, que não estão presentes, essa Audiência que, acredito, será de extrema importância. Seria interessante que tivéssemos as Polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros, mesmo os meninos que estão aguardando a sua convocação.

Eu gostaria de pedir carinhosamente a Vossa Excelência, aqui, e reforçar a fala do Deputado Eliene, que esses jovens têm vindo a esta Casa constantemente. Eles estão ansiosos para trabalharem e isso significa que serão excelentes profissionais quando assumirem o seu cargo. Eu tenho certeza que vão se desdobrar na função a que lhes foram delegados.

Eu gostaria de pedir a Vossa Excelência todo empenho possível para que eles possam ser nomeados o mais rápido possível. Gostaria, também, confirmando a fala do Deputado Eliene, que tivesse uma previsão de um tempo mínimo para reunir Vossa Excelência, o Secretário de Administração, para termos um planejamento da nomeação dos nossos policiais do Corpo de Bombeiros.

O SR. PRESIDENTE (JOAQUIM SUCENA) – Sr. Secretário, inicialmente, eu quero agradecer imensamente a sua presença, aqui, na reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Agradecer a presença dos agentes, da Polícia Civil, dos concursados do Corpo de Bombeiros que buscam, através desta Comissão, um diálogo mais direto, mais franco com o Poder Executivo,

Eu fui um daqueles que, inicialmente, se sentiu alijado deste processo, quando nós ficávamos apenas sabendo pela imprensa aquilo que seriam determinações ou ações do próprio Governo.

Como membro do Governo, como alguém que dá sustentação ao Governo, não admitia e nem posso admitir que esta Comissão, com a importância que tem a Assembléia Legislativa no seu papel e, através dos membros, dos Deputados, são efetivamente aqueles que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA
22 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

podem ser a válvula de escape da situação do Governo como também daquelas angústias da própria situação como um todo, seja ela na sua pasta ou nas outras pastas.

Desta forma, eu gostaria que esta Comissão pudesse ser o seu porta-voz. As suas ações possam passar por esta Comissão para que possamos dar, muitas vezes, respostas definitivas a assuntos que, muitas vezes, não tem um tratamento direto com aqueles interessados ou com parte do segmento da população que está sendo, necessariamente, deixada de ser atendida nas suas angústias.

Desta forma, eu quero deixar bem claro ao nobre Secretário que esta Comissão está a sua inteira disposição. Que ela seja a própria Ouvidoria desses segmentos que atendem e que são atendidos pela sua Secretaria.

Eu quero deixar também, nobre Secretário, a nossa preocupação com relação ao Estatuto das Polícias Civil e Militar. O Estatuto não é como qualquer Projeto de Lei. No Estatuto há uma necessidade, uma carência, uma discussão muito mais ampla, porque ele atende e está, exatamente, fincado naquilo que é o cerne da Corporação, da Instituição, da própria sociedade como um todo. É o seu funcionamento base, é onde estão os mecanismos da sua ação direta para que não haja, posteriormente, como nós tivemos aqui, pouco tempo atrás, ainda me lembro bem, na Legislatura passada, com relação ao GAECO. Cada vez que se conseguia um avanço, vinha um ADIN para me impossibilitar. Cada vez que se fazia, e a Assembléia que era a responsável por não ter os avanços necessários àquilo que seria a própria situação do GAECO.

O Estatuto é uma das coisas das quais teremos trabalho dobrado. Eu peço a atenção do Sindicato, para que realmente se debruce e busque uma solução. Para que quando chegar à Assembléia, nós possamos também nos debruçar e buscar as soluções ideais para todas essas situações que, efetivamente, estão e serão cobertas pelo Estatuto. A minha preocupação é do afogadilho, de buscar uma solução imediata, para um assunto imediato, que, posteriormente, tem que ser refeito, refeito, refeito, refeito e refeito.

Há necessidade de uma discussão mais ampla. Eu gostaria imensamente que, nesse espaço de vinte dias, pudesse também a Secretaria de Administração estar junta nesse contexto, na busca de um Estatuto que realmente venha atender as necessidades das corporações das Polícias Civil e Militar e, principalmente, venha em conjunto com isto que hoje o Governo Federal busca, que é uma integração de todas as polícias e de todos os segmentos em nível de Estado e de Município também.

Da mesma forma, as dificuldades que a Lei de Responsabilidade Fiscal traz para contratação de novos agentes. As coisas caminham no sentido de se ter a oportunidade de, com o aumento do incremento de arrecadação, termos essa possibilidade atendendo, ainda neste ano de dois mil e três, esses jovens, essas pessoas que fizeram esse concurso, que foram aprovadas e que hoje, mais ou menos, têm a sua vida embasada e calcada em cima dessa perspectiva de chegarem a ter o seu emprego dentro da Corporação.

Essa é uma das coisas que teremos que evitar, que frustrações ou mesmo que a ansiedade busque uma solução que, muitas vezes, possa, lá na frente, trazer conseqüências para a própria administração com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Há necessidade de se ter alguma coisa de concreto. Eu espero que, dentro ainda desse primeiro semestre, possamos ter alguma coisa que venha a viabilizar essa situação.

Quero, por fim, deixar esta Comissão como um ponto de apoio da vossa Secretaria. Não faltarão oportunidades de estarmos juntos - seja pelas necessidades, pelo próprio clima que hoje existe com relação à Segurança Pública, as dificuldades que ela enfrenta-, para dar à sociedade a resposta pronta e imediata. A organização do crime. A situação que está sendo vivida pela própria sociedade que, angustiada, se enclausura dentro das suas próprias residências, fazendo com que haja até a peja de que o bandido esteja mais solto que a própria população.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA
22 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

Essa preocupação que se junta, aqui, a todos os membros da Casa que estão no dia-a-dia, ouvindo, buscando, também vão estar juntos na busca das soluções para esses problemas.

Buscaremos fazer com que o Orçamento, a Lei das Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual possam nos dar oportunidades de tendo, o senhor, as metas a serem atingidas, a serem alcançadas, oportunizar, aqui, na Assembléia Legislativa, os mecanismos para que essas metas não sofram restrições por falta de amparo, seja na Lei Orçamentária, seja na Lei do Plano Plurianual.

Desta forma, Sr. Secretário, eu coloco esta Comissão e a Assembléia Legislativa à disposição. Agradeço imensamente a participação e a vinda de Vossa Excelência aqui, hoje.

Eu espero que isso seja uma rotina, que possamos mensalmente ter um encontro para que se possa colocar aquilo que seriam os objetivos da Secretaria, que estejam diretamente ligados à Ação Parlamentar ou mesmo aquilo que sejam angústias dos Parlamentares que estão nas ruas buscando e sendo continuamente solicitados para solução dos problemas. Para que possam também ter, da vossa parte e nessas discussões mensais, nessas vindas mensais, oportunidades de se colocar essas dificuldades e minimizar os efeitos para sociedade, sejam eles com relação a vossa Secretaria, como qualquer uma outra que Vossa Excelência possa vir.

Finalmente, buscar e ver se conseguimos, através deste diálogo, construir uma Ouvidoria que ultrapasse a Ouvidoria. Que seja um diálogo direto da Secretaria, do Secretário, do Executivo com o Legislativo para que possamos minimizar, ao máximo, os efeitos que efetivamente, hoje, a insegurança possa causar a nossa população.

Eu quero agradecer e colocar, aqui, a palavra livre àqueles que aqui estão.

Mais uma vez, quero agradecer e colocar essa Comissão à vossa disposição e, acima de tudo, que possamos ter um diálogo franco, rápido, fácil, para que juntos possamos dar a resposta que a sociedade espera de todos nós. Uma ação direta e uma minimização da insegurança que ainda campeia em nosso Estado. Muito obrigado.

Não havendo mais nada a tratar, eu quero, apenas para os membros da Comissão, comunicar que o nobre Deputado Chico Daltro informou-nos que fará uso das prerrogativas concedidas pela Resolução nº 760, de 11 de dezembro de 2002, e estará ausente por um período de quinze dias.

Gostaria de dizer à nossa Assessoria Administrativa que providencie a comunicação do nobre Deputado Renê Barbour para que possa já, na reunião de amanhã, estar presente, como Suplente, para ocupar a vaga e dar o voto do Deputado Chico Daltro nos processos que se encontram em tramitação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e comunico aos membros da Comissão para a nossa próxima reunião, amanhã, às 15:00 horas.

Está encerrada a reunião.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Cristina Maria Costa e Silva;
- Regina Célia Garcia;
- Aedil Lima Gonçalves;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Donata Maria Moreira;
- Ila de Castilho Varjão;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REALIZADA NO DIA
22 DE ABRIL DE 2003, ÀS 15:00 HORAS.

- Tânia Pita Rocha;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Revisão:
 - Denize Maria Soares Martins de Siqueira.